

A UNIÃO DOS ESTUDANTES PATENSES (UEP): AÇÕES E REAÇÕES EM PATOS DE MINAS ENTRE OS ANOS DE 1958 E 1971¹

Geenes Alves da Silva²

Universidade Federal de Uberlândia – UFU
valentimaredo@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo relata sinteticamente o processo de constituição da União dos Estudantes Patenses (UEP) em Patos de Minas, trazendo à tona suas principais ações e reações no cenário local durante o período assinalado. Mostra seu posicionamento diante dos debates desencadeados pelas entidades estudantis nacionais em relação ao comunismo no alvorecer da década de 1960. Mas, mais que isso, demonstra como a UEP interpretou e atuou no Regime Militar. Seus “ensaios de rebeldia”, com a democratização do processo eleitoral da entidade em 1966 (quando o Regime Militar agia de forma contrária ao decretar os Atos Institucionais I, II e III), somados a protestos, passeatas estudantis e ao distanciamento parcial do Padre Almir, provocou uma crise no seu interior, com a diminuição gradativa de seus filiados, frente ao medo do comunismo e da repressão.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Comunismo. Regime Militar.

THE UNION OF PATENSES STUDENTS (UEP): ACTION AND REACTIONS IN PATOS DE MINAS BETWEEN THE YEARS OF 1958 AND 1971

ABSTRACT:

This article reports in a summary form the establishment process of the (UEP – Patos de Minas Students’ Union) in the town of Patos de Minas. It brings up their major actions and reactions in the local scenario during the chosen time period. It also shows their standing in the face of discussions triggered by the national students’ entities in relation to Communism at the dawn of the 1960s. And more than that, it shows how UEP interpreted the Military Regime and acted during it. Their “trials at defiance” with the democratization of their election process in 1966 (when the Military Regime was acting against that by enacting Institutional Acts I, II and III), added to protests, students’ parades and the partial holding off of Father Almir caused a crisis inside the union, leading to the gradual decrease in its members due to fear of Communism and repression.

Keywords: Students’ movement. Communism. Military Regime.

O Surgimento da UEP

A União dos Estudantes Patenses (UEP) foi fundada em fevereiro de 1958, com o intuito de representar o segmento estudantil de Patos de Minas. Sua constituição foi influenciada pelo Centro Cultural Rui Barbosa (CCRB)³ e pelo jovem Padre Almir Neves de Medeiros⁴. Ambos foram peças fundamentais para o surgimento da entidade, pois lançaram as bases filosóficas que constituíram seu caráter político e sócio-cultural.

A fundação da UEP materializou a constituição do movimento estudantil patense ao imprimir às ações dos estudantes um caráter de representatividade, organização e permanência, especificidades que, de acordo com Poerner (2004), caracterizam o movimento⁵. A origem dessa entidade, portanto, possibilitou que se delineasse entre os jovens estudantes de Patos de Minas a formação de um sentimento de pertença ao segmento estudantil, ou seja, um sentimento de identidade estudantil.

O Debate das Entidades Estudantis no Alvorecer da Década de 1960: UNE, AMES e UEP

No limiar da década de 1960, os conflitos sociais eram intensos no país. Em meio à Guerra Fria, ao menos no Brasil, direita e esquerda pareciam conceitos bem definidos dentro das entidades estudantis. A direita era representada pelos capitalistas e a esquerda pelos comunistas, socialistas e/ou simpatizantes. Na direção da UNE predominava a esquerda, na da UEP, a direita e no interior da Ames, o conflito era flagrante.

As divergências que ocorriam no interior ou mesmo entre as referidas entidades estudantis eram percebidas e avaliadas pela UEP. O processo que desencadeou o rompimento entre a Ames e a UNE, provocando a mudança de sede e de diretoria da primeira, foi descrito pelas lideranças estudantis da UEP da seguinte forma:

A primeira batalha, travou-se a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários em outubro p.p., com a realização de seu Congresso anual quando, além de realizar a eleição duma diretoria menos vermelha, foi tomada a resolução de promover-se a mudança da sede, até então localizada no edifício da União Nacional dos Estudantes, medida essa tornada necessária pela pressão exercida sobre a entidade pelos agitadores da UNE. [sic]. (A AMES..., 1960, p.2).⁶

Em seguida, uma série de episódios contribuiu para acirrar ainda mais a animosidade entre ambas as entidades estudantis, agravando a situação. Dentre esses episódios, vale à pena citar aqui os protestos da UNE, reprovados pelos setores moderados da Ames, diante da visita ao Brasil do presidente norte-americano Eisenhower e os discursos e atitudes esquerdistas do presidente da Ames, Mauro Fonseca Pinto, que havia participado do Congresso Latino-Americano da Juventude, em Cuba. Note-se, ainda, as acusações de corrupção contra o presidente da Ames, que foram duramente reprimidas pela ala moderada dos secundaristas, contribuindo para sua deposição e, conseqüentemente, para a incorporação dos valores defendidos pelos grupos de direita.

Desse modo, no período em questão, além da mudança de sede, houve também uma mudança de princípios e ideais que marcaram a atuação das duas entidades nos anos que se seguiram. Posições que ficaram claramente demarcadas no congresso realizado entre os dias 11 e 12 de março de 1960, em que a ala moderada, denominada de grupo democrático, “venceu a batalha” contra os esquerdistas da Ames e contra a influência da própria UNE.

Com a presença dos Representantes do Presidente da República e do Ministro da Justiça [...], realizou-se no Ministério da Educação a sessão solene de instalação [da nova diretoria] [...]. Aprovou-se uma Declaração de Princípios pela qual a Ames não participará de atividades políticas e tampouco se manifestará sobre problemas nacionais que não são de sua alçada, inclusive “greves, depredações, comícios ou qualquer outra

atividade de natureza subversiva”. Foi aprovada pelo plenário a proposta [...] de criar na Ames um Conselho formado de professores, pais de alunos e representantes dos estudantes, para debater os problemas dos secundaristas em sua maioria menores de 18 anos. [sic]. (A AMES..., 1960, p.2).⁷

Além de definir os limites de ação da entidade, a Declaração de Princípios ainda obstruía a militância de seus membros, por considerá-los “imatuross” para tomar determinadas decisões. O Conselho criado sob os auspícios do poder público resguardaria tal deliberação, já tentando se prevenir do perigo que representava para a ordem social estudantes imbuídos de ideais não capitalistas, ou, em outras palavras, estudantes “subversivos”.

Tais conflitos eram acompanhados de perto pelos líderes estudantis da UEP, uma vez que suas atividades também se pautavam pelos princípios da moral capitalista, ao mesmo tempo em que repudiavam quaisquer ações que contrariassem os bons costumes da família tradicional e conservadora, valores apreciados na comunidade patense. Para ilustrar, destacamos excerto de uma reportagem do jornal local, que trata do retorno do presidente da UNE, Oliveiros Guanais, de uma visita a Cuba; o estudante trazia livros, revistas e folhetos daquele país, considerados subversivos pelas autoridades brasileiras. O fato provocou protestos entre os líderes estudantis de Patos de Minas.

Pode a UNE continuar a conspirar contra a democracia brasileira como abertamente vem fazendo, como se no Brasil não houvesse governo nem lei? Pode êsse brasileiro indigno continuar a frente de uma entidade estudantil da amplitude da UNE, pago, além do mais, para isso, pelo Ministério da Educação?! Pode a UNE, sob a direção dos rapazes de mentalidade deformada, continuar a ostentar na sua fachada insultos aos Estados Unidos, nação com a qual o govêrno brasileiro mantém relações cordiais e contra a qual não pode tolerar semelhantes grosserias, que, aliás, depõe contra os nossos foros de civilização? [sic]. (NÃO É..., 1961, p.5).⁸

Nas eleições nacionais da UNE em 1961, venceram representantes da esquerda. O resultado foi recebido com frustração e inconformismo pelos líderes estudantis de Patos de Minas. “[...] eleita a 22 do corrente (trata-se do mês de julho), pelos comunistas de cambulhada com elementos suspeitos da Juventude Universitária Católica, sendo guindado à presidência o jucista Aldo Arantes”. [sic]. (grifo nosso). (POSSE DA..., 1961, p.3).⁹

Os fatos que inauguraram a década de 1960, tanto em nível nacional como local, dos quais participaram a UNE, a AMES e a UEP, permitem visualizar parcialmente o cenário que se delineava no Brasil. A eleição de Jânio Quadros à presidência do país, em outubro de 1960 e a condecoração de um dos principais líderes da Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara, provocou instabilidade social, em função de um “medo do comunismo”. Esse sentimento contribuiu para acirrar ainda mais os ânimos e as relações entre as entidades estudantis brasileiras no início da década.

Em Patos de Minas, o movimento estudantil secundarista inicia suas atividades na década de 1960 em sintonia com a AMES e, portanto, em contraposição à UNE. Em outras palavras, predominava na cidade a moral capitalista, que, na prática, se traduzia pela manutenção da ordem e pela obediência a Deus.

Todavia, no transcórrer da década de 1960, a leitura que a UEP e a Ames passaram a fazer da sociedade alterou-se significativamente. A implantação do Regime Militar em 1964 e o governo ditatorial que resultou das forças militares no poder, especialmente a

partir da decretação do AI5, em 1968, operaram o redirecionamento dos princípios e das ações dessas mesmas entidades, como veremos adiante.

Como a UEP interpretou o Golpe Militar de 1964?

O ano de 1964 representa um marco na história do país. A deposição do presidente João Goulart pelos militares contou com o apoio da elite burguesa pró-capitalista nacional e internacional - no caso, particularmente do Estado Norte-Americano - e de parte dos líderes religiosos da Igreja Católica. No âmbito estudantil, também houve divergências no interior das entidades. As lideranças da UNE foram contrárias ao golpe, colocando-se ao lado do presidente deposto, atitude não assumida pelas pela grande maioria das entidades estudantis espalhadas pelo país, sobretudo na UEP, em Patos de Minas.

Em meio às turbulências políticas que marcaram o final do governo de João Goulart, era eleita em Patos de Minas uma nova diretoria da UEP, cujo presidente era um jovem de nome bastante conhecido no meio estudantil da cidade, Marcos Martins de Oliveira. Sua popularidade deveu-se, dentre outros fatores, à liderança exercida no CCRB, onde fora eleito presidente em 1963.

Sucederam ao Golpe de 1964 reiteradas manifestações da UNE em oposição à ação dos militares, a ponto de a entidade ter transferido sua sede temporariamente para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde se concentraram os oposicionistas. Em Patos de Minas, a UEP repreendeu veementemente a postura da UNE, visando deixar claro para a comunidade local seu posicionamento frente ao movimento de 1964. Desse modo, as lideranças estudantis patenses, ao referirem-se à UEP, afirmaram:

É autônoma. Nunca se filiou à famigerada U.N.E. de triste lembrança. Não poderia tê-lo feito. Seria aberração gritante que uma entidade democrática se submetesse à subversiva U.N.E. dirigida pela pelegada estudantil vermelha. [sic]. (U.E.P., 1964, p.1).¹⁰

Ao relembrar àquela época, Marcos Martins de Oliveira afirma que,

Numa fase inicial não tínhamos clareza nenhuma do que era esse movimento militar. Isso é verdade! Porque ninguém sabia como o golpe tava sendo dado... o que era... o general... e a visão que você tinha, inicialmente, era a de que estava havendo um enfrentamento ao comunismo. (OLIVEIRA, 2009).

Nesse caso, a postura dos estudantes patenses pode ser justificada se considerarmos a visão que eles tinham do comunismo na época. “Você tinha uma visão do comunismo que era aquela em que um homem comia criancinhas dentro do pão. As coisas do comunismo eram de apavorar [...] [Ademais] esse movimento nosso do interior era um movimento conservador”, reitera Marcos Martins de Oliveira. Essa visão deturpada do comunismo foi construída pelos setores conservadores nacionais por ocasião da Guerra Fria, sendo intensificada a partir do golpe de 1964, pelos militares. Publicizada em todo o país, a versão “demoníaca” do comunismo foi legitimada durante um tempo pela Igreja Católica também.

Atuação da UEP no Regime Militar “Ensaio de rebeldia” no movimento estudantil patense

Assim que assumiram o poder, os militares começaram a dar mostras de como governariam o país. Os Atos Institucionais (AI) decretados sucessivamente durante seus governos legitimaram sua política governamental, limitando cada vez mais a democracia. Os AI-1 e AI-2, editados respectivamente em 9 de abril e 27 de outubro de 1964, determinavam eleições indiretas para a presidência da República e a dissolução dos partidos políticos. Posteriormente, em 05 de fevereiro de 1966, foi decretado o AI-3, que estabeleceu eleições indiretas para governador e vice-governador e determinou que os prefeitos das capitais seriam indicados pelos governadores com aprovação das assembleias legislativas.

Em Patos de Minas, no mesmo período, a UEP fazia exatamente o contrário, ou seja, trabalhava pela democratização do processo eleitoral, por meio da reformulação do Estatuto da entidade. No final de 1965, já se notava o interesse dos líderes estudantis da UEP pela realização de eleição democrática. Uma nota publicada na Folha Diocesana sobre as eleições estudantis que ocorreriam em 1966 fez referência a essa questão: “E a notícia mais agradável é que para o próximo pleito o sistema de votação será o sufrágio universal” [sic] (OBSERVATÓRIO... 1965, p.4).¹¹

De acordo com Marcos Martins de Oliveira, havia cobrança por parte dos estudantes para a democratização do processo eleitoral da UEP. Eles fundamentavam sua reivindicação na cultura de eleições predominante no país antes do Golpe, as quais eram, pelo menos em parte, populares. Assim, desconsideraram a situação política adversa que o Brasil atravessava naquele momento.

Havia essa busca, essa ansiedade dos estudantes. [...] o estudante, nessa época, ele sonhava! Queria ser poeta, publicar um livro, queria escrever, crescer politicamente! [...] havia uma busca na participação política, nessa época, muito boa! E nós não percebemos, a primeira vista, que os militares estavam matando isso. (OLIVEIRA, 2009).

Certamente, em virtude desse sentimento, que, conforme relata Marcos Martins de Oliveira, era partilhado pelos estudantes secundaristas patenses, é que foram reformulados os Estatutos da entidade, democratizando-se, ainda que parcialmente, o processo eleitoral da UEP.

Logo, as eleições diretas da UEP, em 1966, foram resultantes, dentre outros fatores, da compreensão pelos estudantes dos significados do Regime Militar, pois, como disse Marcos Martins de Oliveira, “com o andar da carruagem o pessoal começou a ter uma visão melhor do que realmente estava acontecendo” (OLIVEIRA, 2009). E essa visão crítica da realidade da época se construiu, inclusive, à custa das perseguições sofridas por professores e alunos em Belo Horizonte, por exemplo, o que informava e conscientizava mais que qualquer artigo. Em Patos de Minas, nesse período, também aconteceram alguns eventos que sinalizavam, ainda que discretamente, para essa tomada de consciência, como a palestra de um religioso de Uberaba, conhecido como Pe. Flávio, que, segundo Marcos Martins de Oliveira, “mostrava a necessidade de mudança e questionava a crise econômica. O problema da terra fundiária passou a ser discutido. [...] Teve lá [referindo-se a Patos de Minas] a Semana da Reforma Agrária” (OLIVEIRA, 2009). Continua:

[...] e uma pessoa que despertava o interesse na gente, que a gente lia os artigos dele com frequência era o Carlos Heitor Cony, no Correio da Manhã, hoje é escritor e colunista da Folha. Ele foi assim, um crítico rigoroso do golpe militar. Com o Pe. Almir a gente via os artigos dele e comentava. [...] Então, com relação a este movimento militar, a gente

tinha sim um pensamento crítico de oposição, mas de ordem teórica, não de organizar movimentos nesse sentido. O grupo não endossava isso aí não! (OLIVEIRA, 2009).

Por outro lado, veja-se uma amostra dos veementes discursos anticomunistas proferidos pelas lideranças estudantis patenses e parceiros da UEP na imprensa, em meados de 1965:

As últimas eleições estudantis, máxime nas faculdades, serviram para trazer a campo, a descoberto, o fenômeno da contaminação vermelha que ainda reina no grêmio dos universitários. Os fedelhos da extinta U.N.E. recalçaram, reagiram, resmungaram, mas prevaleceu o bom senso da maioria. As eleições correram tranquilas. O ministro Suplicy saiu prestigiado e revigorada a sua autoridade. [sic]. (VIGOROSO..., 1965, p. 4).¹²

Ao compararmos esses discursos, o de Marcos Martins de Oliveira e o da imprensa, é necessário que se façam algumas considerações. Ou não havia entre as lideranças do segmento estudantil patense uma confluência ideológica sobre a situação política em que se encontrava o país, ou então tais lideranças não possuíam conhecimento claro sobre o significado e as implicações dos termos “Regime Militar”, “capitalismo” e “comunismo”, muito menos a relação existente entre eles naquele momento histórico. Em linhas gerais, percebe-se uma grande contradição entre os estudantes: de um lado, condenavam o comunismo a partir da interpretação que se fazia dele por parte da mídia, da escola, da igreja e dos demais agentes formadores de opinião; por outro lado, condenavam também, discretamente, o Regime Militar, pelas injustiças cometidas contra seus pares e professores, principalmente nas capitais.

Durante o pleito que elegeria o sucessor do então presidente da entidade, Marcos Martins de Oliveira, houve uma série de protestos e manifestações contrárias a UEP, o que foi recebido com certa hostilidade pelos líderes da entidade. Após escreverem frases como “Abaixo a UEP” e “Fechemos a UEP”, pela cidade durante a noite, os estudantes “subversivos” foram duramente repreendidos pelos dirigentes da entidade, com os seguintes dizeres:

[...] É a baderna. O sestro dos grandes centros quer se instalar no grêmio da juventude estudantil patense. Estamos certos de que os estudantes autênticos saberão repudiar os pequenos gangsters inocentes. [...] Deixem-nos na sombra do anonimato, É o lugar dêles. [sic] (SPERA..., 1966, p. 4).¹³

Se desconsiderarmos as conversações e teorizações realizadas por um pequeno grupo de líderes estudantis, sob orientação do Pe. Almir Neves de Medeiros, durante o pleito de Marcos Martins de Oliveira, esta teria sido a primeira ação concreta de estudantes em oposição à linha moral e conservadora que caracterizou o movimento estudantil patense até então. A manifestação estudantil contrária a UEP foi interpretada como um movimento subversivo, influenciado por *gangsters* dos grandes centros, vistos como militantes e simpatizantes do comunismo, portanto, perigosos à sociedade.

Marcos Martins de Oliveira, então presidente da entidade, atribui tal atitude àqueles estudantes possivelmente insatisfeitos com a postura adotada pela UEP: “Tava naquela época do ‘abaixo isso...’ ‘abaixo à ditadura’! Talvez tenha sido um grupo vendo nossa ligação mais com a direita do que com esse papel de independência, né!?” (OLIVEIRA, 2009). Paulo Amâncio de Araújo, integrante da chapa de Marcos Martins de Oliveira, diz

que, na época, as suspeitas recaíram sobre estudantes do Colégio Estadual, principais rivais dos alunos do Colégio Comercial Silvio de Marco nas disputas eleitorais da UEP: “Sentiram que iam perder a eleição, aí começaram a desestabilizar o processo” (ARAÚJO, 2009).

A contraditória democracia nas primeiras eleições diretas da UEP

Poucos dias após as manifestações contrárias à UEP, foram realizadas as eleições para a presidência da entidade – a primeira por sufrágio universal. Sucedeu Marcos Martins de Oliveira o jovem Flaviano Corrêa Loureiro, candidato pelo *Movimento de Ação Idealista*, obtendo 515 votos. Disputaram a eleição mais duas chapas: o *Grupo Decisão*, do jovem João Marcos Pacheco, com 463 votos, e a *Liga Democrática Renovadora*, presidida por Célio de Deus Simões, com 81 votos.

Depois da reformulação do Estatuto, todos os estudantes secundaristas passaram a ter direito ao voto para escolha dos dirigentes da UEP, mas, na prática, não foi exatamente isso o que aconteceu. A democracia anunciada foi abortada no processo eleitoral, uma vez que, dos 1.066 estudantes que compareceram às eleições, 180 foram impedidos de votar, enquadrados no artigo 10º, alínea a, do Estatuto de criação da entidade¹⁴, cuja redação é a seguinte: “Deixarão de serem Membros Ativos¹⁵ da U.E.P.: a) Os elementos que forem adeptos do Socialismo, Comunismo, Doutrinas Racistas, Totalitaristas ou Anarquistas. [sic]. (ESTATUTO..., 1958)”¹⁶

Também foram registrados três votos em branco e quatro votos nulos. Os 180 estudantes excluídos do processo eleitoral correspondiam a 14,3% dos eleitores que compareceram às urnas para votar. É interessante considerar que esses 180 estudantes poderiam ter mudado o resultado das eleições, tendo em vista que a diferença entre Flaviano Corrêa Loureiro, o vencedor, e João Marcos Pacheco, segundo colocado, foi de apenas 52 votos; ou ainda, que a exclusão desses 180 estudantes do processo eleitoral estaria relacionada às manifestações estudantis contrárias à UEP, ocorridas às vésperas da eleição. Em relação a esse fato, Paulo Amâncio de Araújo (que integrava tanto a diretoria presidida por Marcos Martins de Oliveira até então, quanto a que havia sido eleita, liderada por Flaviano Corrêa Loureiro) atribuiu a responsabilidade aos diretores escolares.

Eu me lembro desse episódio, só não me lembrava do número, sabia que era um número expressivo! Foram estudantes impedidos de votar... e a relação deles foi fornecida pelas escolas... uma lista de pessoas que estavam ligadas a movimentos... a partidos que, na época, eram considerados nocivos à sociedade. Os professores, os estudantes que davam trabalho no colégio eram rotulados de subversivos! (risos) era mais cômodo pro diretor... isso acontecia muito! Infelizmente teve muito isso. (ARAÚJO, 2009).

Ainda segundo o ex-militante estudantil, essa lista teria sido enviada para a comissão que geria o processo eleitoral. Questionado sobre os critérios utilizados para impedir a participação dos 180 estudantes no processo eleitoral, o Sr. Araújo argumenta:

É... normalmente, aqueles estudantes que davam mais problemas... problemas disciplinares, problemas de insubordinação... pra justificar um medida mais enérgica, eles faziam esta rotulação dos estudantes. Eram as próprias diretorias dos colégios que faziam... através dos diretores. (ARAÚJO, 2009).

Nesse sentido, vale à pena conhecer mais sobre os candidatos que disputavam as eleições estudantis naquela época, bem como o caminho que os levou as suas respectivas candidaturas.

De acordo com Flaviano Corrêa Loureiro, eleito presidente naquelas eleições, sua candidatura não havia sido planejada e foi lançada às vésperas da eleição por influência do seu tio, Benedito Corrêa da Silva Loureiro: “Então, já com muito pouco prazo, o João Marcos já estava em campanha há bastante tempo, eles então me procuraram. Não me convidaram. Quase impuseram pra que eu aceitasse a concorrer” [sic] (LOUREIRO, 2009).

Benedito Corrêa da Silva Loureiro era médico. Foi candidato a vice-prefeito derrotado nas eleições de 1962, pelo Partido Democrata Cristão (PDC), que, apesar de ter tido sua origem em São Paulo no ano de 1945, foi fundado em Patos de Minas somente em 1962, às vésperas das eleições municipais¹⁷, com a participação do Pe. Almir Neves de Medeiros¹⁸.

A candidatura de Benedito Loureiro, pelo PDC, acabou inserindo-o na política partidária local. Isso pode justificar a participação direta dele na escolha do nome de seu sobrinho, Flaviano Corrêa Loureiro, para as eleições da UEP em abril de 1966, para concorrer com o jovem João Marcos Pacheco. Flaviano Corrêa Loureiro¹⁹ comenta sobre as possíveis razões de sua candidatura de última hora: “O que houve, na verdade, foi uma pressão entre... parece que a base... tudo em cima do tio Benedito, e eles preocupados que não houvesse alguém para concorrer com o João Marcos” (LOUREIRO, 2009).

Sobre a questão, Jorge Eduardo de Araújo Caixeta, ex-membro da UEP e ex-dirigente da entidade entre 1970 e 1972, relata que,

Era uma briga de religião camuflada. Ninguém tinha coragem de falar. Afinal de contas, o Concílio Vaticano II estava ainda muito recente e o ecumenismo, preconizado pelo citado concílio, ainda era algo muito desconhecido e, a rigor, as pessoas tinham preconceito quanto ao fato de o João Marcos, como presbiteriano, ser eleito. (CAIXETA, 2009).

Segundo Jorge Caixeta, líderes da chapa de Flaviano Corrêa Loureiro tentaram usar o argumento da religião para se sobressair na campanha, mas foram repreendidos pelo Pe. Almir Neves de Medeiros, que, conforme ressalta o ex-membro da UEP, “era abertamente favorável às grandes mudanças promovidas pelo Vaticano II [...] [Por exemplo] não se fazia casamento de protestante com católico na cidade, mas o Almir fazia” (CAIXETA, 2009).

João Marcos Pacheco, por sua vez, pertencia a uma família tradicional na cidade, mas não era católico, tampouco aluno no Colégio Comercial Silvio de Marco. De família protestante, religião presbiteriana, João Marcos estudava no Colégio Estadual. Era, portanto, um personagem atípico em comparação àqueles que haviam assumido a presidência da UEP até então.

Acontecimentos relativos à UEP, ocorridos no ano de 1967, possibilitam identificar o início de um possível revés no movimento estudantil patense, materializado com a diminuição significativa do número de filiados à entidade. Por não termos tido acesso aos arquivos da UEP, os quais certamente informariam sobre os números oficiais de filiados ao longo de sua história, ficamos limitados a reportagens publicadas na imprensa. Duas notas, em especial, chamaram a atenção. A primeira foi publicada em 1967: “A diretoria da UEP, na última semana, percorreu todos os colégios da cidade distribuindo os formulários para obtenção da nova carteirinha de estudante. São cerca de 4.000 estudantes, exigindo um trabalho exaustivo daquela entidade” (NOTAS..., 1967, p. 6)²⁰. Três anos depois, em 1970, em outra nota, publicada no *Jornal dos Municípios*, a realidade era bem diferente:

“Contamos com pouco mais de 2.500 estudantes filiados à UEP, quando esse número deveria ser bem maior, se levarmos em conta que a população estudantil patense representa alguns milhares de alunos mais.” [sic] (VALORIZEMOS..., 1970, p. 5)²¹

De acordo com os dados oferecidos pela imprensa patense na época, a redução do número de filiados à UEP teria sido de 37%, percentual bastante acentuado. A situação torna-se ainda mais preocupante, se considerarmos que, no ano de 1968, foi criada mais uma escola secundária na cidade, o Ginásio Presidente Kennedy²².

Passaremos, a partir de agora, à análise dos possíveis fatores que podem ter contribuído para o esvaziamento da entidade.

A primeira passeata estudantil

O ano de 1967 foi marcado por uma manifestação estudantil que teve grande repercussão em Patos de Minas: uma passeata, organizada pela própria direção da UEP, cujo presidente era o jovem Jurandi Gomes Ferreira²³. A finalidade da passeata era reivindicar uma faculdade para Patos de Minas e uma sede própria para a UEP. Certamente, as manifestações realizadas pelos estudantes nas principais capitais do país no ano de 1966 serviram como referência ou ao menos como motivação para os estudantes patenses. Nesse sentido, é oportuna a observação de Poerner (2004), segundo a qual “a participação maciça — e mesmo majoritária — de secundaristas, que formavam uma verdadeira ‘linha dura’ do movimento, com um radicalismo e uma disposição que chegavam a assustar os universitários”.

Jurandi Gomes Ferreira informa que a passeata estudantil teve repercussão significativa em Patos de Minas, uma vez que a movimentação desencadeada pelos estudantes, às vésperas da manifestação, chamou a atenção de autoridades municipais e estaduais, do que decorreram prisões de estudantes.

Como nós estávamos vivendo num Regime Militar, naquela época, existia o DOPS e saiu agentes de Belo Horizonte e Juiz de Fora e baixou lá em Patos. Aí me pegaram, um dia antes da passeata, a nossa sede tava cheia de faixas, cartazes preparando para a passeata no dia seguinte. Chegaram lá, me pegaram, me levaram para a delegacia e me fecharam lá junto com o delegado durante umas 4 ou 5 horas de interrogatório. Depois fui libertado e eu falei lá na frente do delegado que nós íamos sair para a passeata e que a responsabilidade seria toda minha! Nós íamos sair! E olha que eu assumi uma responsabilidade! Eu era bancário na época. Eu tava correndo risco, inclusive de ser demitido, mas nós saímos com a passeata e eu acho que rendeu algum fruto. (FEREIRA, 2009).

Questionado sobre o teor da passeata, o ex-militante da UEP argumenta que não se tratava de uma passeata de protesto, mas de reivindicação; e atribui a responsabilidade pela desordem ou caráter de subversão dos preparativos que antecederam a manifestação a dois jovens de Patos de Minas, que já estudavam em Belo Horizonte: “Esse movimento no meio da nossa passeata iniciou através de dois ex-colegas nossos que já estavam estudando em Belo Horizonte. [...] Eles vieram com outra mentalidade” (FEREIRA, 2009).

Após ser liberado pela polícia, com a condição de que conteria os ânimos exaltados dos estudantes durante a passeata, Jurandi Gomes Ferreira relata que voltou para a sede da UEP e censurou algumas faixas e cartazes considerados subversivos, defendendo o caráter pacífico do movimento: “Censurei porque a intenção não era protesto, realmente, nossa

intenção era reivindicar. Não era xingar ninguém, não era. Era cobrar, simplesmente, dos nossos políticos” (FEREIRA, 2009).

Parece latente nas palavras do ex-líder estudantil o medo que os estudantes tinham da repressão das autoridades, conforme sugere sua preferência pelo uso do verbo “reivindicar” no lugar do verbo “protestar”, na tentativa flagrante de minimizar os efeitos causados pela manifestação que realizaram. No caso desse evento específico, havia também para Jurandi Gomes Ferreira a possibilidade de um comprometimento pessoal, uma vez que o presidente da UEP, com 23 anos na época, era bancário. Assim, preservar-se era uma necessidade de sobrevivência.

A polêmica eleição de 1968 e o presidente “subversivo”

O ano de 1968 representa um marco na história do movimento estudantil nacional. A morte do estudante secundarista Edson Luís, assassinado pela Polícia Militar no dia 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, provocou comoção nacional. O assassinato de Édson marcou o início de um ano turbulento, repleto de mobilizações contra o Regime Militar, culminando na decretação do AI-5, em dezembro do mesmo ano.

Em meio à turbulência por que passava o movimento estudantil no contexto nacional, era realizada em Patos de Minas a eleição que escolheria os dirigentes da UEP para o biênio seguinte. Foram organizadas três chapas, lideradas respectivamente por Paulo Amâncio de Araújo (FASP), Antônio da Silva Andrade (MEP) e Moacir Rodrigues de Lima (JIP)²⁴. Paulo Amâncio de Araújo, que havia sido suplente do Conselho Fiscal da chapa de Flaviano Corrêa Loureiro (sendo que este, posteriormente, deixou a presidência, assumindo, conforme nota de rodapé nº 23, Mário Teixeira de Moraes e Jurandi Gomes Ferreira, respectivamente) venceu as eleições²⁵.

O processo eleitoral que deu a vitória a Paulo Amâncio de Araújo foi marcado por muita polêmica. A direção da UEP, responsável pelas eleições, foi acusada de ter descumprido as normas regidas pelo Estatuto da entidade, por tê-lo proclamado presidente numa eleição em que compareceu menos da metade dos membros com direito a voto.

A conclusão a que chegamos, é bem clara: ou os Estatutos da entidade precisam ser novamente reformados, ou a eleição recentemente ferida deve ser anulada. Não é legal, não é democrático, não é político, contraria o código eleitoral uma diretoria eleita no pleito em que compareceu menos da metade dos membros com direito a voto. Certamente não vai nisso nenhuma crítica ou restrição ao estudante Paulo Amâncio de Araújo. Cumpria aos atuais dirigentes da UEP proceder à votação numa segunda Assembléia. [sic]. (A UEP..., 1968, p. 1)²⁶

Os autores da reportagem basearam seu discurso no parágrafo único do artigo 36º do Estatuto de criação da UEP, cujo enunciado lê-se: “Na primeira convocação, serão necessários dois terços do número de representantes estipulado. Da segunda convocação em diante, porém, os trabalhos de votação se desenvolverão com qualquer número de representantes presentes” (ESTATUTO..., 1958).

Sabemos que o Estatuto sofreu algumas alterações com o passar dos tempos, mas, em função da impossibilidade de acesso a essas alterações, ater-nos-emos aos discursos dos personagens dessa história. Em relação à questão, Paulo Amâncio de Araújo argumenta:

Não havia exigência de maioria absoluta, o que rezava o estatuto era que fosse a maioria simples. E houve a maioria simples. [...] Mas eu não vi nenhuma ilegalidade. Tanto que, na época, se discutiu muito essa questão e nós abrimos, inclusive, a possibilidade de realizar um novo pleito. Porque, na época, os diretores tinham muita força com os estudantes e a nossa chapa não era indicada por nenhum diretor. Éramos uma chapa independente. E você sabe como são as coisas, os diretores não tinham o interesse que nós entrássemos porque sabiam que não poderiam controlar as nossas ações. Como não conseguiram controlar. Então estes comentários partiram mais da parte dos diretores do que, propriamente, dos estudantes. Foi esse o motivo, e não nos preocupou. Na época nos colocamos à disposição até do Ministério Público se achassem que havia alguma irregularidade, que marcasse uma nova eleição. Embora o número tenha sido menor do que nós esperávamos, tivemos mais de 50% dos votos apurados naquela eleição. (ARAÚJO, 2009).

Carlos Roberto Ribeiro defende a legalidade das eleições e atribui o problema à “intriga da oposição”:

A gente tinha uma briga ali também entre colégios. E o Colégio Estadual foi derrotado, nessa época. E como ele foi derrotado, houve brigas, houve problemas na eleição, não houve o reconhecimento daqueles que foram derrotados. Aí buscaram uma série de coisas tentando mudar. Era um colégio que gostava de impor! Ele tinha que ser o melhor, tudo tinha que ser deles, então eles tentaram mudar aquela eleição. Mas, poderia ter qualquer outra eleição que iriam aqueles que foram. [...] Nós somos democráticos, somos livres e a nossa eleição foi feita e ela vai permanecer! Vamos dar posse a quem foi eleito! Nós não aceitávamos o Regime Militar, o Regime autoritário chegar e dizer: tem que ser assim, tem que cumprir. Não! Estudante é diferente! Foi democraticamente, todos foram, todos foram convocados e aqueles que se interessaram compareceram e elegeram o Paulo Amâncio, na época! [sic]. (RIBEIRO, 2009).

Jorge Caixeta relembra a disputa acirrada que havia entre os colégios: “A campanha se tornou assim: Colégio Estadual contra o Colégio Comercial... ‘ Ah, eu vou votar com a Penha... eu vou votar com a Terezinha’! Virou uma briga das diretoras das escolas na época”²⁷, mas confirma, em concordância com os outros antigos membros da UEP, o critério da maioria simples nas eleições diretas da entidade.

Para a nossa pesquisa, mais importante do que a validade ou não do processo eleitoral, foi a pouca importância dada a ele pelo segmento estudantil, considerando-se o pequeno número de estudantes que compareceu para votar. Para Paulo Amâncio de Araújo, “não houve uma motivação para que os estudantes da época participassem com um número mais representativo” (ARAÚJO, 2009). Por seu lado, Carlos Roberto Ribeiro atribui o baixo número de eleitores ao desinteresse dos estudantes de menor idade, das primeiras séries secundárias, em participar do processo eleitoral.

E a gente sabe que o problema é o seguinte: ali havia muitas crianças, até! O pessoal que estava na primeira série, com 10, 11 anos, às vezes nem ligava para aquilo. Às vezes nem ia pra votar! Se existisse 5, 4, ou 3 eleições eles não iriam comparecer para votar! Por o pai não querer que entrasse na política ou coisa assim. Esse número aí [referindo-se àqueles que compareceram às eleições], já é o pessoal com mais consciência. Já é

um pessoal que estava agindo mais, trabalhando mais, e mais conscientizado. (RIBEIRO, 2009).

Um fator que pode ter contribuído para o comprometimento da boa imagem que a UEP possuía no meio social foi a ligação de seu presidente, Paulo Amâncio de Araújo, com a UNE, conforme relata o antigo militante estudantil:

Eu era representante da UNE na região! Na época, de Monte Carmelo pra cá, de Araxá pra cá, eu era o porta-voz da UNE. E fazia as mobilizações que pudessem ser feitas, era por meu intermédio. Nós fizemos isso muitas vezes. Saímos em comitiva para Belo Horizonte pra participar de mobilizações pacíficas... e em mobilizações homéricas! Aquelas que eram feitas ali, na praça sete, ali no pirulito. Impediam o transito, virava aquele tumulto generalizado! Eu era o elo entre a UNE e as classes estudantis daqui da região. (ARAÚJO, 2009).

Em Patos de Minas, a “subversão” concentrava-se na panfletagem. De acordo com Paulo Amâncio de Araújo, o dono e diretor do Jornal dos Municípios, José Maria Vaz Borges, liberava a oficina para que os estudantes pudessem produzir o material: “Eu era tipógrafo, e lá nós fazíamos os panfletos, boletins condenando a Ditadura. Era material, às vezes, baseado nas coisas da UNE ou outras entidades estudantis de fora, mas produzido por nós mesmos” (ARAÚJO, 2009).

Essa prática contrariava a legislação vigente. Conforme Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, artigo 1º, inciso IV, era proibido conduzir, realizar, confeccionar, imprimir, ter em depósito e distribuir material subversivo de qualquer natureza. De acordo com o parágrafo primeiro, inciso II, a punição para os alunos que cometessem a referida infração era de desligamento da escola ou proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos (SANFELICE, 1986, p. 234-235).

Questionado sobre a legislação coercitiva, Paulo Amâncio de Araújo relata: “Nós tínhamos conhecimento do Decreto, mas nós fazíamos para desafiar a autoridade dos militares, no centro da cidade, durante o dia. A polícia prendia a gente e levava para a delegacia. Depois liberava. Eu fui preso várias vezes” (ARAÚJO, 2009). O ex-membro da UEP reitera que a panfletagem, muitas vezes, tratava-se de uma ação mais individual, pois tentava não envolver os demais membros da entidade.

É possível que o contexto e o clima de 68 tenham influenciado Paulo Amâncio de Araújo na adoção dessa postura. Porém, ele afirma que não participava dos movimentos e mobilizações da UNE como presidente da UEP justamente para não comprometer os demais integrantes da entidade e nem a imagem da mesma no cenário local: “Para preservá-los eu preferia ir como pessoa física. Eu era o presidente da UEP, mas lá eu era somente o Paulo Amâncio de Araújo, que era credenciado a UNE e representava ela aqui na região” (ARAÚJO, 2009).

Dissidência interna e realização da segunda passeata estudantil

No início de 1969, o movimento estudantil patense apresentava mais sinais de enfraquecimento. Buscando reverter esse quadro, o Pe. Almir Neves de Medeiros publicou uma nota na imprensa local, apelando para que os estudantes e suas famílias atentassem à importância da militância estudantil, conclamando-os a integrarem a entidade máxima de representação do segmento.

A União dos Estudantes Patenses começa a sua campanha para filiação dos estudantes a sua Entidade máxima. Parece incrível que ainda se tenha que fazer uma campanha para isso. Penso que deveria haver “briga” para que cada estudante pudesse filiar-se à UEP! O trabalho que está sendo realizado pela UEP é alguma coisa que nos envergonha, a nós, adultos. Rapazes e moças voltados para o bem comum, realizando todo um trabalho de promoção da comunidade patense. Abrem o diálogo com as autoridades, discutem os problemas mais sérios, querendo o trabalho, a ação, o dinamismo. Por que nós, adultos, não lhes damos as mãos, sem querer substituí-los ou monopolizá-los, mas aderindo a tudo aquilo que de grande vem surgindo da alma jovem de nossa cidade? Porque os pais e professores não caminham para uma conscientização de seus filhos e alunos, para que eles se filiem à UEP, para que eles aprendem a ter o sentido de classe, de solidariedade entre eles, escola preciosa de educação para a verdadeira fraternidade. O que me é estranho é que são eles que começam a pedir licença para passar ... enquanto ficamos à margem da estrada, lamentando isto mais aquilo... Será que não passaremos além dêsse espírito de “fofoquice”, perdidos em conversas inúteis e bastante provinciais, por falta talvez, de interesses vitais que nos levam a uma ação eficaz? Os estudantes nos estão oferecendo a lição. Isso bastaria para que tudo fizéssemos para que cada estudante desta cidade fosse um membro ativo na sua Entidade máxima. Não será favor! É uma obrigação nascida dessa consciência de classe. É obrigação nossa, no dever que temos de educá-los para isso. [sic]. (MEDEIROS..., 1969, p. 1).²⁸

Sem dúvida, a atitude e o discurso do religioso denunciam sinais de desgaste na UEP, mesmo reverenciando suas ações e seu engajamento social. Esse desgaste se evidenciaria com mais nitidez meses depois, na 9ª Semana dos Estudantes, cujo tema “Unir para construir” não fora escolhido por acaso, uma vez que a comunidade estudantil patense não se encontrava integrada por propósitos em comum. Isto ficou claro com a criação de uma outra entidade de representação estudantil na cidade, a União Colegial de Minas Gerais (UCMG), trazida de Belo Horizonte.

Diante do fato, o presidente recém-eleito da UEP, Carlos Roberto Ribeiro, demonstrou preocupação em relação à desintegração do movimento estudantil, tanto que, ao referir-se a UCMG, na *Folha Diocesana*, relata que essa entidade “colocou no princípio do ano algumas carteirinhas em circulação. Logo que assumi a presidência, vi-me na contingência de trabalhar incansavelmente pela união da nossa classe” [sic] (LEMA..., 1969, p.1).²⁹ Para o antigo militante, a ameaça de divisão do segmento estudantil secundarista em Patos de Minas pode ser atribuída a um movimento surgido dentro do Colégio Estadual, liderado pelo aluno Moacir Rodrigues de Lima, que havia sido derrotado no processo eleitoral da UEP no ano anterior.

As carteirinhas que foram feitas foram exatamente no colégio Estadual. Elas foram feitas ali dentro e começou a campanha, começou o movimento e nós barramos esse movimento. Mas não foi fácil! Igual eu falei pra você, até no cinema eu tive que ir... [...] na Folha Diocesana... [...] O que estava acontecendo ali dentro? Simplesmente uma dor de cotovelo, simplesmente uma briga política que não tinha nada a ver! Só porque queria mandar! [...] Tivemos a participação do Pe. Almir. (RIBEIRO, 2009).

Como é sabido, o declínio acentuado dos recursos destinados à educação, durante o governo militar, no final da década de 1960, acabou provocando protestos e manifestações estudantis nas principais cidades brasileiras. Os estudantes reivindicavam mais vagas nas universidades e na educação básica, bem como melhor qualidade de ensino. As lideranças estudantis da UEP também estiveram atentas a essas questões. Assim, dois anos após a malfadada passeata estudantil de 1967 e em meio à aparente divisão do segmento estudantil patense, a UEP voltava às ruas em manifestação a favor da implantação de uma faculdade em Patos de Minas. Dessa vez, os resultados foram melhores, visto que, no ano seguinte, as aulas tiveram início na faculdade.

Nunca se viu tanta gente reunida para uma passeata em prol de uma faculdade. Até parecia a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro. Brilhante, mirabolante, notável a iniciativa da UEP que u'a vêz mais demonstrou uma organização impecável, conseguindo que todos os estudantes, comerciantes, e outros bichos marchassem pelas ruas da cidade. [sic]. (PASSEATA..., 1969, p.7.).³⁰

Apesar de ser um “movimento de bem”, como frisou Carlos Roberto Ribeiro, o espírito de manifestação (contestação?) presente na passeata parece não ter contribuído para reanimar os estudantes secundaristas. Ao contrário, em vista da redução expressiva do número de filiados na época, é provável que a manifestação de rua, interpretada sob uma ótica conservadora, tenha distanciado muitos estudantes da UEP. Some-se a essa interpretação do ato, a caracterização dada pelo Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, a pessoas envolvidas em ações dessa natureza, que, por si só, já era suficiente para inibir estudantes e suas respectivas famílias de participar da militância estudantil. De acordo com o artigo 1º do referido decreto, comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

III – pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;
IV – conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza. (SANFELICE, 1986, p. 234).

Conforme o parágrafo primeiro, as infrações definidas nesse artigo serão punidas:

I – Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos.
II – Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos. (SANFELICE, 1986, p. 235).

Segundo Paulo Amâncio de Araújo, não houve nenhuma retaliação por parte da polícia à passeata, “talvez pela causa, não havia subversão, quebradeira, era coisa pacífica. Agora, todos sabiam do risco que estavam correndo” (ARAÚJO, 2009). Carlos Roberto Ribeiro confirma o fato ao dizer que a manifestação não era “uma passeata de vermelho”, ressaltando que o evento tinha o apoio da imprensa (RIBEIRO, 2009). Era natural, portanto, que a legislação federal, relativa a problemas disciplinares dos agentes ligados direta e indiretamente às questões educacionais, tenha justificado o não envolvimento de

estudantes nas ações empreendidas pela UEP, bem como a diminuição gradativa de seus filiados.

Reestruturação, protestos e contradição sociopolítica

No início do ano de 1970, a UEP preparava-se para mais uma eleição. Na ocasião, duas chapas foram apresentadas, uma liderada por Jorge Eduardo Caixeta e a outra por Hélio Bosco de Mattos, cujos temas eram respectivamente “Renovação e Trabalho”, sob a sigla RT-70, e “Promoções, Organizações e Progresso”, sob a sigla POP.³¹

Apesar do clamor dos líderes estudantis pelo envolvimento de seus pares nas causas defendidas pela entidade, percebe-se um declínio gradativo da participação desses jovens nas ações promovidas pela UEP. Depois da eleição polêmica de Paulo Amâncio de Araújo em 1968, em que menos da metade dos estudantes filiados compareceram ao processo eleitoral, o desinteresse dos estudantes foi também observado nas eleições de 1970³². Ao final daquelas eleições, saiu vencedora a chapa RT-70, presidida pelo jovem Jorge Caixeta.

Patos de Minas, em 1970, possuía 19.500 estudantes, somados todos os níveis de ensino nos contextos urbano e rural. Destes, 12.178 tinham entre 10 e 19 anos (atendendo os limites mínimo e máximo de idade para a educação secundária), de modo que os potenciais alunos secundários do município encontravam-se, em sua maioria, nessa faixa etária. No entanto, o número de filiados restringia-se a apenas 2.500 estudantes³³. Assim, preocupados com o aparente enfraquecimento da UEP, os líderes estudantis recorreram novamente à imprensa para fazer um apelo, em busca da reorganização e do fortalecimento da entidade.

Vem daí o pedido: estudante, seja U.E.P. Seja um estudante ativo, que participe e ajude os problemas de sua classe. Sua diretoria se reúne para planejar o que há de melhor para o estudante patense. E só sente uma coisa: não contar com a presença do estudante, com a presença de U.E.P. Não adianta a força de um se não há a união de todos. [sic]. (ESTUDANTE..., 1970, p. 6).³⁴

Paralelamente, foram promovidas, também, ações concretas no interior da entidade, visando à organização e à dinamização de suas atividades.

[...] foram criados dentro dela cinco novos departamentos para que o estudante Patense possa melhor promover sua classe e a comunidade. Os departamentos são: Departamento de Relações Públicas, de Imprensa e Divulgação, de Esportes e Arrecadação. (NOTAS..., 1970, p.8).³⁵

O objetivo dessa reestruturação da entidade era promover maior interação e integração dos estudantes com a UEP, na tentativa de aumentar a credibilidade da mesma junto ao segmento. No bojo dessas mudanças, seguia-se mais uma convocação para que os estudantes se filiassem à entidade, buscando fortalecê-la e, conseqüentemente, fortalecer também o movimento estudantil na região.

[...] O jovem que estuda, tendo as condições necessárias, deve ser um membro da UEP. A nossa entidade, antes de se promover, indo até o estudante para esclarecê-lo da necessidade de que ele se inscreva como um de seus filiados, antes, o certo, seria o próprio jovem procurar a UEP, para dela fazer parte. [sic]. (VALORIZEMOS..., 1970, p. 5).³⁶

Em 1970, foi realizada a 10ª Semana dos Estudantes, evento tradicionalmente organizado pela UEP no mês de outubro de cada ano. Em meio à programação do evento, as lideranças estudantis da entidade protagonizaram ensaios de cidadania e solidariedade às causas das pessoas perseguidas pelo Regime Militar. Para exemplificar, note-se a celebração religiosa que abriu a Semana apresentando adaptações das canções de Geraldo Vandré — o que, segundo Jorge Caixeta (2009), constituiu-se um protesto discreto contra a opressão do Regime, principalmente sobre os estudantes.

A Semana dos Estudantes teve sua abertura com Missa oficiada pelo Pe. José Coimbra, no pátio do Colégio Nossa Senhora das Graças. As músicas, numa inovação, foram na maioria do Geraldo Vandré, cantadas pelos estudantes presentes e musicadas pelos “Asteróides”. [sic]. (NOTAS..., 1970, p.8).³⁷

“Para não Dizer que não Falei das Flores”, também conhecida como “Caminhando e Cantando”, é uma canção de autoria de Geraldo Vandré que ficou em segundo lugar no Festival Internacional da Canção, em 1968. Depois do festival, sua execução foi proibida durante anos, por ser considerada uma canção de protesto pelos militares. No entanto, de acordo com Jorge Caixeta, apesar da censura, os estudantes patenses ousaram entoar a canção.

Era uma forma de você contestar o grupo que tava no governo e que impedia tudo. E não podia cantar Caminhando e Cantado! Eu me lembro que na hora da consagração... Não sei quem era... mas acho que o Geraldo, que tocava nos Asteróides, ele soltou ‘pananam nanananam nanam nananam’, só isso! No contra-baixo! Tudo combinadinho! [...] Porque nessa época o Vandré era o homem de frente, né! [...] Basicamente, a situação do Geraldo Vandré era a forma que agente tinha de protestar contra o que existia. [sic]. (CAIXETA, 2009).

Ainda conforme o ex-dirigente da UEP, uma outra estratégia de retaliação utilizada pelas lideranças da entidade foi a seguinte:

Também durante a Celebração Eucarística, na hora das preces da comunidade, a gente fazia as orações pelos estudantes que foram mortos pelo Regime Militar, pelos exilados e pelos que estavam presos. A missa da Semana dos Estudantes era transmitida pela Rádio Clube. A gente usava uma tática: fazia as orações da comunidade de improviso. Não tinha nada escrito, pra não deixar “pistas”. Certa vez o Patrício e o Binga (Sebastião Alves do Nascimento, dono da rádio) me procuraram: “Jorginho, pára com esse negócio de rezar pelos perseguidos da revolução, senão eles vão fechar a rádio”, mesmo assim ele nunca impediu que usássemos a rádio, depois ele arranjava uma forma de justificar com a censura o que fora feito. [sic]. (CAIXETA, 2009).

Jorge Caixeta relata que outra estratégia utilizada pelas lideranças estudantis da UEP para protestar contra aquela situação de opressão foi distribuir material impresso que denunciava ações de perseguição, prisão, tortura e morte de estudantes durante o Regime Militar, contrariando o já referido Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.

[...] nós tínhamos vergonha e raiva por não poder fazer nada pra salvar aquele pessoal... a não ser funcionar como distribuidor apócrifo anônimo de correspondência que chegavam... da esquerda, que jogavam na caixa

postal da UEP e do Brasil inteiro! Escola de Contabilidade Nossa Senhora Aparecida... você abria e lá dentro não tinha nada de Nossa Senhora Aparecida. Lá dentro tinha panfletos com as denúncias das mortes que estavam ocorrendo na guerrilha, matando estudantes não sei aonde! E você distribuía aquilo! Você imagina se alguém visse você distribuindo aquilo ali... Da minha chapa tinha uns dois ou três só que tinham “peito” pra fazer isso! Uns não tinham nem coragem de abrir! O pavor, a pressão era demais. [sic]. (CAIXETA, 2009).

Mais comedido que Paulo Amâncio de Araújo, que também mencionou essa estratégia da UEP em momento anterior neste trabalho, Jorge Caixeta afirma que o medo de se envolver ou ser descoberto é justificado pelo teor das punições a que estavam sujeitos. A realidade política nacional, ao se impor à cidade de Patos de Minas (assim como também para a maioria das cidades interioranas), provocava um conflito ideológico e psicológico muito grande nas lideranças estudantis, considerando-se, em muitos casos, a orientação política de seus familiares e amigos. As palavras do ex-militante elucidam melhor a situação:

Você recebia as informações de que os torturadores, os assassinos, vamos chamar assim, os bandidos, os bandidos estavam no governo com a ARENA. [...] os estudantes estavam sendo perseguidos. Estavam sendo mortos. A grande passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro. Os Pe. s todos de alva. Os parlamentares do MDB defendendo os estudantes atravessando a Avenida Rio Branco, no Rio. Isso, as fotos, as imagens, chegavam para nós aqui em Patos nas revistas e nos jornais da época, mas com atraso. A TV Itacolomi só falava o que a censura do governo permitia. E aqui a gente sofrendo uma angústia doida, pois cada um tinha um primo, um irmão, um tio, enfim, um parente que tava preso lá no Rio ou em Belo Horizonte! E olha um dilema crucial, esse partido, a Arena, era o mesmo partido de boa parte dos pais dos estudantes de Patos! Então havia um conflito muito grande! Um filho não podia se rebelar contra o pai por motivos diversos, desde os emocionais ao financeiro... até pela própria formação de caráter que cada um recebeu na cidade. Meu pai, meu tio, meu sobrinho, minha namorada, meu vizinho, meu maior amigo, que eu cresci ao lado a vida inteira, eram da Arena. Mas essa Arena ta perseguindo, ta batendo nesse povo lá em cima! E não se esqueça que estávamos em plena Guerra Fria; “lados dos bons e lados dos maus”. (CAIXETA, 2009).

O discurso de Jorge Caixeta denota, com clareza, a contradição existente no movimento estudantil patense durante o Regime Militar. No limiar da década de 1970, auge do regime ditatorial no Brasil, militantes da Arena Nacional protagonizavam os horrores que justificaram o uso do termo Ditadura Militar. Por outro lado, a Arena em Patos de Minas, uma das principais forças políticas locais, não tinha como líderes aqueles militares que perseguiam, torturavam e matavam estudantes e quaisquer outras pessoas consideradas subversivas ou contrárias à ordem social. Os partidários da Arena local eram os pais, tios, amigos dos estudantes patenses, em geral, políticos tradicionalmente assistencialistas que eram considerados “bons seres humanos”. Em outras palavras, a Arena que dirigia o país não era a mesma que havia em Patos de Minas. As ações empreendidas pelos governos federal e municipal também eram diferentes, por isso a linha de atuação do movimento estudantil patense seguiu uma dinâmica própria, determinada por sua realidade particular.

O afastamento do Padre Almir Neves de Medeiros

No início de 1971 a UEP enfrentou mais um revés, o afastamento parcial do Pe. Almir Neves de Medeiros de suas atividades em Patos de Minas, especialmente àquelas ligadas ao movimento estudantil. Com o falecimento de Dom José André Coimbra³⁸ e a chegada de Dom Jorge Luis Scarso, conflitos entre o padre e o novo bispo passaram a ocorrer.

Conforme relato de Dercílio Ribeiro Amorim, o Pe. Almir Neves de Medeiros não gostava de cobrar pelos “serviços” realizados na paróquia, como cerimônias de batizado, de casamento, intenção de missa, entre outros — o que incomodava o novo bispo. Paulo Amâncio de Araújo observa que essa postura do religioso conquistou desafetos na comunidade patense, porque “[o padre] era inovador, celebrava missa utilizando violão e cantando músicas da MPB, até Geraldo Vandré ele cantava na missa. Isto era inadmissível na época!” (ARAÚJO, 2009).

Esse clima de animosidade levou o Pe. Almir Neves de Medeiros a deixar o ministério oficial em Patos de Minas em fevereiro de 1971³⁹ e assumir a direção da Cáritas Nacional⁴⁰, posto importante e muito prestigiado no meio eclesial (e político) nacional. Segundo Jorge Caixeta, a saída do referido padre da Diocese resultou de “um desentendimento entre ele [o padre] e o seu superior, que era o Bispo Diocesano, Dom Jorge Luís Scarso. Eles tiveram um desentendimento muito atroz... muito sofrido... e ele se afastou de todas as atividades de Patos de Minas” (CAIXETA, 2009), sem, contudo, deixar a cidade.

Por volta do final do ano de 1971, foi divulgada uma nota na imprensa, parabenizando o Pe. Almir Neves de Medeiros pelo aniversário de 15 anos de sacerdócio; indiretamente, essa nota referia o distanciamento do religioso em relação à juventude patense.

[...] Sua inteligência, sua cultura, seu dom oratório e o seu espírito estóico de trabalho foram postos à disposição da comunidade patense. A juventude viu em Pe. Almir um amigo e se irmanou ao seu trabalho, ao seu esforço em prol de uma modificação de estrutura, então existente. [...] Sua palavra era ouvida pela mocidade, daí surgindo as incompreensões motivadas pela quebra de estruturas... [sic]. (Pe. ALMIR..., 1971, p.1).⁴¹

Os tempos verbais utilizados na redação conferem um tom evidente de despedida entre Pe. Almir Neves de Medeiros e os jovens estudantes de Patos de Minas. De acordo com o ex-líder estudantil Jorge Caixeta, a relação entre o padre e a UEP nunca mais seria a mesma a partir de então. “Depois dessa briga com o D. Jorge, o padre Almir não voltou às boas com Patos de Minas na atividade sacerdotal dele. Foi sempre uma atividade diocesana silenciosa [...] Com exceção de um programa de rádio que ele continuou fazendo durante a Semana Santa, na Sexta-Feira da Paixão, quando passava o dia inteiro na Rádio Clube de Patos” (CAIXETA, 2009).

As entrevistas concedidas pelos antigos membros da UEP — que serviram como fontes para este trabalho de pesquisa — revelaram a importância das ações do Pe. Almir Neves de Medeiros para sociedade patense, em especial para o segmento estudantil. O antigo membro da UEP admite que o padre exerceu influência sobre toda uma geração de estudantes em Patos de Minas, ainda que reconheça que o religioso não fosse unanimidade:

Quem não gostava do padre Almir, não gostava mesmo! Odiava! Como todo gênio, ele era meio louco também, com manias inusitadas, pra época! O Almir tinha uns avanços teológicos, litúrgicos, morais e intelectuais enormes, e outros completamente reacionários e retrógrados! Com o padre Almir não tinha meio-termo. Ele era maníaco, tinha coisas que ninguém entendia. Tenho que reconhecer que ele passou da linha do limite da razoabilidade. Ele viveu ao pé da loucura e da lucidez! [sic]. (CAIXETA, 2009).

Crise na UEP?

Questionado sobre as possíveis causas do gradativo enfraquecimento da UEP a partir de 1967, Paulo Amâncio de Araújo acredita que o motivo principal tenha sido a mudança de comportamento assumida pelas principais lideranças estudantis a partir dessa data. Segundo ele, esses estudantes eram considerados revolucionários, subversivos, o que acabou comprometendo a boa imagem que a UEP possuía junto aos seguimentos mais conservadores da sociedade patense. O antigo membro da UEP também acusa o governo de desmobilizar o segmento estudantil por meio das diretorias dos colégios:

E uma forma que o governo encontrava de tirar forças das entidades era incentivar, através das diretorias dos colégios, o afastamento dos estudantes da União dos Estudantes. Eles achavam que esvaziando a União Estudantil, ela perderia força, [...] com menos força, menos filiados, menos adeptos, era mais fácil deles dominarem! (ARAÚJO, P. A., 2009).

Jorge Caixeta, igualmente, emite pareceres quanto à suposta crise enfrentada pela UEP, entre o final da década de 1960 e o limiar da década de 1970. De forma sucinta, aponta questões singulares. Em primeiro lugar, salienta o descrédito da UEP no cenário local, haja vista problemas financeiros gerados pelos gastos realizados na Semana dos Estudantes de 1968, o que acabou endividando a entidade. Aponta, também, o “racha” gerado no seio do movimento após as eleições daquele ano, provocando, inclusive, a tentativa de criação de uma segunda entidade estudantil, a UCMG, conforme citado anteriormente. Em terceiro lugar, o ex-líder estudantil chama atenção para a contribuição da evolução tecnológica e científica à evasão na UEP. Ora, durante a década de 1960, até início de 1970, o cinema era um dos principais entretenimentos existentes nas cidades do interior. Em Patos de Minas, o cinema possuía público cativo, em grande parte constituído pela própria juventude patense. Os estudantes filiados à UEP possuíam 50% de desconto no ingresso, o que viabilizava uma frequência ainda maior deste segmento ao cinema. Entretanto, no final da década de 1960, o cinema patense entrou em crise, pois teve que disputar o público com a televisão.

Começou a surgir os programas de televisão que retiraram o público do cinema. Então não tinha tanto interesse em ver filme, pegar a carteirinha de estudante, por quê? Porque a carterinha de estudante se eu ficava em casa vendo filme? Já tinha filme na TV! E era de graça! (CAIXETA, 2009).

Ainda segundo o ex-militante, havia muitos estudantes que se filiavam à UEP com o principal objetivo de adquirir a carteirinha da entidade, que lhes garantia o desconto no

cinema. À medida que a televisão começou a se estabelecer definitivamente no cenário local, ela passou a tirar paulatinamente o público do cinema. Como consequência, os estudantes perderam o interesse em se filiar à entidade, o que levou os líderes estudantis a buscar novas estratégias para resolver o problema, como parcerias realizadas com o comércio local, a fim de garantir descontos aos estudantes nos estabelecimentos comerciais da cidade por meio da carteirinha da entidade. Essa estratégia minimizou, mas não resolveu totalmente o problema.

Jorge Caixeta concorda com Paulo Amâncio de Araújo ao afirmar que os problemas que o país estava enfrentando naquele período (1968-1970) interferiram significativamente na realidade de Patos de Minas, gerando medo e apreensão nas “famílias de bem”. Na verdade, o Brasil não era um caso isolado, estava inserido em uma conjuntura em que manifestações e protestos estudantis aconteciam simultaneamente em vários países do mundo, provocando reações enérgicas por parte dos governos instituídos. A respeito disso, Ventura (1969, p. 13) relata que “de 1960 a 1969, em cada ano desta década, em cada um dos cinco continentes, em quase todos os 145 países de vários sistemas políticos, o mundo conheceu a rebelião dos jovens”. Para o ex-membro da UEP,

68 foi um ano horrível na história, foi um ano de medo! As consequências desse medo se fizeram notar nos anos seguintes. Pai não deixava filho filiar na UEP! Foi um ano muito ruim na vida estudantil brasileira. Os pais diziam: ‘oh, cuidado, filho, pelo amor de Deus, você não vai mexer com esse negócio de estudante não!’ (CAIXETA, 2009).

O AI-5, editado em 1968, inaugurou o início de um período obscuro na história do país, marcado pela repressão e perseguição a pessoas e grupos oposicionistas. Certamente, o medo do comunismo aliado ao medo da repressão afastou muitos jovens da militância estudantil, principalmente os secundaristas, em virtude da dependência emocional e financeira que, em geral, ainda tinham em relação aos pais. Assim, eram mais pressionados a não se envolverem com questões dessa natureza, por influência da própria família.

Apresentamos até aqui relatos de fatos que sinalizam uma evidente instabilidade no interior da UEP. Não podemos, entretanto, falar em crise na entidade, somente em função da diminuição do número de seus filiados; isso implicaria uma compreensão, no mínimo, reducionista do termo. Por outro lado, apesar da impossibilidade de se precisar as razões e as circunstâncias que tenham levado a UEP a uma possível crise, acreditamos que conseguimos reunir alguns elementos para compreender um inegável declínio do movimento estudantil secundarista em Patos de Minas, no princípio da década de 1970.

Considerações Finais

A UEP incorporou verdadeiramente os princípios trazidos pelo seu Estatuto de criação, notadamente influenciado por ideais cristãos. Isto fez dela uma entidade bastante conservadora e tradicionalista, o que na prática implicou uma guerra declarada contra o comunismo. Naquele tempo, havia muita dificuldade em se ter acesso a outras acepções do termo, sobretudo nas escolas, em função não apenas da carência de leituras, mas também e principalmente pelo medo que se tinha de se discutir a respeito. Em geral, as pessoas acreditavam que o comunismo se tratava de algo muito ruim, assustador até, cujo objetivo era subverter a ordem estabelecida, a moral e os bons costumes das “famílias de bem”⁴². Nesse contexto, o papel da Igreja Católica, como instituição de prestígio em Patos de Minas, foi crucial para a estigmatização dos regimes políticos de esquerda.

A implantação do Regime Militar no Brasil, em 1964, a princípio, não interferiu substancialmente nas ações nem na filosofia de trabalho da UEP. Ela apoiou o Regime, assim como fez também grande parte da sociedade brasileira, temerosa do “fantasma do comunismo”. Segundo Oliveira (2009), demorou alguns meses para que as lideranças estudantis processassem os acontecimentos nacionais. No entanto, eles tinham consciência do significado da ação dos militares naquele momento, sabiam que o golpe foi instituído para assegurar a “ordem nacional”, conforme discurso das forças golpistas.

Movimentos como as passeatas e concentrações em prol da Criação do Colégio Municipal, em 1959, e as greves e protestos pela saída do Pe. Inácio da Escola Normal, em 1962, repetiram-se após o golpe de 1964, mas num contexto diferente. As passeatas estudantis realizadas em 1967 e 1969, apesar de pacíficas, bem como os ensaios de protestos ocorridos especialmente a partir de 1968, ora com menor, ora com maior ousadia por parte das lideranças estudantis, conferiram um certo tom de rebeldia à UEP — vale dizer, porém, uma rebeldia moderada, que não chegou a ter uma coloração avermelhada. Desse modo, os “anos de chumbo”, interpretados sob uma ótica conservadora pela comunidade patense, acabaram contribuindo para o afastamento de muitos estudantes da UEP, orientados e pressionados pelas famílias a não se envolverem naquelas “coisas de estudante”.

Esse leve ar de rebeldia das lideranças estudantis patenses, que começou a se manifestar a partir de 1967, ocorreu simultaneamente à mudança de postura de muitos líderes da Igreja Católica em nível nacional — os quais, até então, senão parceiros ao menos coniventes com o Regime Militar eram. Será que a mudança de postura da Igreja Católica teria ocorrido também em Patos de Minas? Infelizmente não encontramos nenhum vestígio concreto sobre isso, mas há que se ressaltar a cumplicidade existente entre a UEP e o Pe. Almir Neves de Medeiros.

Em geral, as ações da UEP estiveram circunscritas à realidade local. Não houve, no período histórico de que se ocupou nossa pesquisa, ligação direta da entidade estudantil patense com os movimentos estudantis nacionais. As relações mantidas com as entidades das capitais, como a UNE, a Ubes e a Ames, foram meramente cavalheirescas, restringindo-se, no máximo, a troca de correspondências, pois eram consideradas subversivas demais pelas lideranças estudantis de Patos de Minas. Nenhum dos ex-dirigentes entrevistados admitiu qualquer relação entre a UEP e aquelas entidades. Apenas Paulo Amâncio de Araújo, presidente da entidade entre 1968 e 1969, disse ter tido uma ligação com a UNE, mas uma ligação pessoal, pois tinha medo de expor seus companheiros, ciente das retaliações que poderia causar aos colegas. Desse modo, a UEP caminhava de forma autônoma e independente, centrada em seus projetos particulares no interior da sociedade patense.

Nesse sentido, o movimento estudantil patense foi um produto do seu tempo e do seu espaço. Distante dos grandes centros urbanos — estes já inseridos no mundo globalizado do século XX —, uma cidade interiorana como Patos de Minas, na década de 1960, possuía uma realidade e percepção de mundo reprodutora dos ideais e princípios conservadores de sua época. Não obstante, dentro desse mesmo processo, ocorreram resistências e rupturas: heterogêneas percepções e ações influenciadas por um movimento dialético internacional, materializado pelo papel das forças políticas brasileiras e pela guerra fria.

Referências

AMORIM, Dercílio Ribeiro. *Histórias da UEP: a participação de Dercílio Ribeiro Amorim no movimento estudantil de Patos de Minas*. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 8 abr./ 22 jul. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4 (2h26min). Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 71 anos)

ARAÚJO, Paulo Amâncio de. *Histórias da UEP: a participação de Paulo Amâncio de Araújo no movimento estudantil de Patos de Minas*. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 30 abr./ 22 jul. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4 (2h05min). Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 60 anos).

CAIXETA, Jorge Eduardo de Araújo. *Histórias da UEP: a participação de Jorge Eduardo de Araújo Caixeta no movimento estudantil de Patos de Minas*. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 29 abr. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4 (3h16min). Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 56 anos)

COURY, Marialda. *A Festa Nacional do Milho através dos tempos*. Patos de Minas: Grafipres, 2008.

FERREIRA, Jurandi Gomes. *Histórias da UEP: a participação de Jurandi Gomes Ferreira no movimento estudantil de Patos de Minas*. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 27 mai. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4 (49min). Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 65 anos)

FICO, Carlos. *O Regime Militar no Brasil (1964 – 1985)*. São Paulo: Saraiva, 1998.

FOLHA DIOCESANA. Patos de Minas: 1956-1992. Semanal.

FORACCHI, Marialice M. *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e educação no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GIOVANE, Antônio. *Movimento Estudantil*. 2002. 51 f. Monografia (Curso de História) - Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas, MG.

GÓES, Betânia Tarley Porto de Matos. *Espaço e Festa Popular: o caso da Festa Nacional do Milho*. 1997. Monografia (Curso de Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, DF.

JORNAL DOS MUNICÍPIOS. Patos de Minas: 1956-1963 e 1968-1976. Semanal.

KORNIN, Mônica; FLASDMAN, Dora. *Dicionário histórico biográfico brasileiro 1930-1983*. 1 ed. Rio de Janeiro: Florense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984.

LOUREIRO, Flaviano Corrêa. *Histórias da UEP: a participação de Flaviano Corrêa Loureiro no movimento estudantil de Patos de Minas*. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 05 mai. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4 (53min). Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 67 anos)

LUCENA, Carlos. *Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A Rebelião estudantil*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. Tomo 3. São Paulo: Paulinas, 2003. (Coleção Igreja na História)

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista: o diálogo possível*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios)

MENDES JUNIOR, Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORAES, Mário Teixeira de. *Histórias da UEP: a participação de Mário Teixeira de Moraes no movimento estudantil de Patos de Minas*. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 14 mai. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4. Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 64 anos)

POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. 5 ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

RIBEIRO, Carlos Roberto. *Histórias da UEP: a participação de Carlos Roberto Ribeiro no movimento estudantil de Patos de Minas*. Entrevistador: Geenes Alves da Silva. Patos de Minas, 29 abr. 2009. Gravação digital em arquivo de áudio formato MP4 (1h40min). Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica. (Idade do entrevistado: 60 anos)

ROCHA, Simara de Camargo. *Movimento Estudantil no Brasil e em Patos de Minas (1958-1983)*. 2006. 49 f. Monografia (Curso de História) - Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas, MG.

SANFELICE, José Luis. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVEIRA, Flávio. *A luta do movimento estudantil secundarista*. Porto Alegre, RS: Movimento, 1979.

VENTURA, Zuenir. 1968: *O ano que não terminou*. 3 ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

_____. (Org.). Os anos 60: a década que mudou tudo. *Revista Veja*, São Paulo, Editora Abril, 1969. (Coletânea de artigos publicados na revista VEJA).

¹ Este artigo discute parte do tema tratado pela Dissertação de Mestrado intitulada “A união dos estudantes secundaristas de Patos de Minas (UEP)/MG: militância e formação cidadã e político-partidária (1958 a 1971)”, defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)/MG, sob orientação do professor Dr. Carlos Alberto Lucena.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)/MG. Atualmente vem assessorando municípios mineiros na elaboração e execução de suas políticas educacionais.

³ O CCRB foi fundado em Patos de Minas, em meados de 1954, por um grupo de jovens professores e profissionais liberais, dentre outros. Em seu quadro também havia estudantes. Segundo o artigo 1º do Estatuto de sua fundação, alíneas “a” e “b”, o CCRB tinha como objetivos “a formação cultural, moral, cívica e física da juventude, bem como propagar, pela palavra e escrito dos jovens, o culto das virtudes cristãs e da tradição nacional, a reforma dos costumes e a elevação do espírito popular no sentido de um sadio patriotismo”.

⁴ O Padre Almir Neves de Medeiros era carioca e concluiu o curso de Teologia no seminário da cidade de Uberaba, em Minas Gerais. Concluso o curso veio para a recém-criada Diocese de Patos de Minas, onde recebeu as ordens no dia 28 de outubro de 1956, quando tinha 27 anos. Padre Almir manteve uma relação bastante íntima com o CCRB, participando ativamente das ações dessa entidade. Foi também um dos principais responsáveis pelo surgimento da UEP, estando ao lado das maiores lideranças estudantis durante o processo de constituição da entidade.

⁵ Analisaremos o conceito de movimento estudantil como sendo a forma mais adiantada e organizada das ações juvenis no Brasil. Para Poerner (2004) elas adquirem status de movimento estudantil apenas a partir da fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, quando alcança a centralização. Segundo ele, “É com a centralização, na UNE, das lutas estudantis, que elas vão adquirir, progressivamente, caráter organizado e de emancipação nacional” (p. 53). Nesta perspectiva, pensaremos o movimento estudantil patense a partir da fundação da UEP, em 1958.

⁶ A Ames depôs os agitadores. **Folha Diocesana**, 15 mai. 1960, nº 110, p.2.

⁷ A Ames depôs os agitadores. **Folha Diocesana**, 15 mai. 1960, nº 110, p.2.

⁸ NÃO é possível tolerar por mais tempo a ação subversiva da UNE. **Folha Diocesana**, 29 jan. 1961, nº 140, p.5

⁹ POSSE da Nova Diretoria da UNE. **Folha Diocesana**, 06 agos. 1961, nº 162, p.3.

¹⁰ U.E.P. **Folha Diocesana**, 19 abr. 1964, nº. 280, p.1

¹¹ OBSERVATÓRIO Estudantil. **Folha Diocesana**, 17 out. 1965, nº 340, p. 4.

¹² VIGOROSO Movimento Estudantil. **Folha Diocesana**, 26 set. 1965, nº 337, p. 4

¹³ SPERA. Inconformados agitam eleições. **Folha Diocesana**, 27 mar. 1966, nº 357, p. 4.

¹⁴ U.E.P. tem nova Diretoria. **Folha Diocesana**, 06 abr. 1966, nº 358, p.4

¹⁵ Conforme o Título II, “Dos Membros da União dos Estudantes Patenses”, art. 8º, parágrafo único, “serão considerados Membros Ativos, no exercício de seus direitos políticos e de representação junto à UEP, os portadores da identidade estudantil por ela fornecida e que satisfaçam as demais condições impostas por estes Estatutos”. Os estudantes portadores de identidade estudantil eram, de acordo com o Título I, “Da Organização da União dos Estudantes Patenses e suas Finalidades”, art. 3º, alínea e, “todos os estudantes de Patos de Minas, inclusive aos do curso primário que tenham idade superior a 12 anos” [sic] (ESTATUTO..., 1958). Vale ressaltar que as redações desses artigos correspondem à primeira versão do Estatuto, elaborado após a fundação da entidade, portanto, passível da reformulação ocorrida durante a gestão de Marcos Martins de Oliveira.

¹⁶ ESTATUTO da União dos Estudantes Patenses, 26 abr. 1958.

¹⁷ O Partido Democrata Cristão (PDC) foi fundado em São Paulo por Antônio Cesarino Júnior, em 9 de julho de 1945. Teve expressão média e filiados ilustres, como Queirós Filho e André Franco Montoro. Foi extinto pelo Regime Militar por meio do Ato Institucional Número Dois (AI-2), de 27 de outubro de 1965. Ressurgiu em julho de 1985, logo após a restauração do poder aos civis, tendo disputado eleições até ser fundido ao Partido Democrático Social (PDS) para formar o Partido Progressista Reformador (PPR), em 1993. Posteriormente foi renomeado como Partido Progressista Brasileiro (PPB), resultado de outra fusão com o

Partido Progressista liderado por Álvaro Dias. Atualmente teve sua legenda alterada para Partido Progressista (PP). (Cf. PARTIDO Democrata Cristão. **Wikipedia, a enciclopédia livre** (em português). Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Democrata_Crist%C3%A3o_\(1945-1965\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Democrata_Crist%C3%A3o_(1945-1965))>. Acesso em: 27 mai. 2009.)

¹⁸ Discutiremos a participação do Pe. Almir Neves de Medeiros nas eleições municipais de 1962 na seção 5.

¹⁹ Flaviano Corrêa Loureiro deixou a presidência da entidade em março de 1967, alegando pressão política. Segundo relata, lideranças políticas locais o teriam impedido de realizar um projeto de grande importância para a UEP: a construção da sede própria. O ex-dirigente da entidade afirma que o então governador do Estado de Minas Gerais, Israel Pinheiro, prometeu apoio financeiro para a realização do projeto, mas ao chegarem a Belo Horizonte os líderes estudantis foram “surpreendidos por uma carta de um político” de Patos de Minas, que solicitava ao governador não conceder aos membros da entidade a contribuição prometida, justificando que os estudantes “eram contra a política dos Correia” (LOUREIRO, 2009). Em função disso, Flaviano Loureiro teria preferido deixar a presidência da UEP, abandonando também seus estudos.

²⁰ NOTAS Sociais. **Folha Diocesana**, 24 abr. 1967, nº. 403, p. 6.

²¹ VALORIZEMOS a UEP. **Jornal dos Municípios**, 21 jun. 1970, nº 277, p. 5.

²² Instituição privada, que oferecia apenas a primeira etapa do ensino secundário, o antigo ginásio. A extensão de ensino para a segunda etapa do ensino secundário ocorreu somente a partir de 1982. Em 1989, a instituição passou a se chamar Colégio Leonardo da Vinci.

²³ Flaviano Corrêa Loureiro permaneceu pouco menos de um ano na direção da UEP. Sua posse ocorreu no dia 17 de abril de 1966; entretanto, em março de 1967, já não ocupava mais o cargo de presidente da entidade. Mário Teixeira de Moraes, que era conselheiro fiscal na chapa de Flaviano Corrêa Loureiro, assumiu o cargo após uma eleição interna. (Cf. EDITAL de Convocação. **Folha Diocesana**, 30 mar. 1967, nº 401, p. 3). Posteriormente, com a saída de Mário em meados de 1967, foi realizada uma nova eleição interna, assumindo a presidência Jurandi Gomes Ferreira, que havia sido o segundo tesoureiro na chapa de Flaviano Corrêa Loureiro.

²⁴ FASP era a sigla para “Faculdade, Ação e Sede Própria” e MEP, a sigla para “Movimento Estudantil Patense”. Não conseguimos identificar o significado de JIP.

²⁵ ELEIÇÃO na U.E.P. **Folha Diocesana**, 4 abr. 1968, nº. 452, p. 6.

²⁶ A UEP e os seus Estatutos. **Folha Diocesana**, 18 abr. 1968, nº. 453, p. 1.

²⁷ Ainda de acordo com Jorge Eduardo de Araújo Caixeta, esse envolvimento das diretorias das escolas no processo eleitoral da entidade estudantil dava-se em função do prestígio de se ter diretores da UEP em seus colégios. Para exemplificar, relata que ao optar por fazer o curso científico ao invés de contabilidade no Colégio Comércio Silvio de Marco, ganhou uma bolsa de estudos do Colégio Marista, segundo ele, por ser presidente da entidade.

²⁸ MEDEIROS, A. N. de. Roda Viva. **Jornal dos Municípios**, 30 fev. 1969, nº 224, p. 1.

²⁹ LEMA da UEP: Unir para Construir. **Folha Diocesana**, 2 out. 1969, nº 525, p.1.

³⁰ PASSEATA Monstro. **Jornal dos Municípios**, 23 out. 1969, nº 250, p.7.

³¹ UEP se movimenta. **Folha Diocesana**, 5 abr. 1970, nº 550, p. 1.

³² UEP. **Folha Diocesana**, 16 abr. 1970, nº. 552, p. 8.

³³ Vale ressaltar que o público da UEP era composto apenas por estudantes secundaristas provenientes de áreas urbanas, o que minimiza em parte essa diferença numérica.

³⁴ ESTUDANTE, seja U.E.P. **Folha Diocesana**, 11 jun. 1970, nº. 559, p. 6.

³⁵ NOTAS Sociais. **Folha Diocesana**, 18 jun. 1970, nº. 560, p.8.

³⁶ VALORIZEMOS a UEP. **Jornal dos Municípios**, 21 jun. 1970, nº 277 p. 5

³⁷ NOTAS Sociais. **Folha Diocesana**, 8 out. 1970, nº 576, p. 8.

³⁸ Dom José André Coimbra faleceu na cidade de Araxá, em 16 de agosto de 1968. Foi sepultado no dia 17 de agosto, na Cripta da Catedral de Santo Antônio, em Patos de Minas.

³⁹ Pe. ALMIR Neves de Medeiros **Folha Diocesana**, 28 out. 1971, nº. 626, p. 1.

⁴⁰ A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Cáritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal. Atua na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica. Seus agentes trabalham junto aos excluídos e excluídas, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais. Atualmente, a Cáritas Brasileira tem quatro diretrizes institucionais: defesa e promoção de direitos; incidência e controle social de políticas públicas; construção de um projeto de desenvolvimento solidário e sustentável; fortalecimento da Rede Cáritas. A entidade possui 170 entidades-membro em todo o Brasil e atua em 10 regionais: Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Nordeste II (AL, PB, PE, RN), Nordeste III (BA, SE), Norte II

(AP, PA), Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. A Cáritas está em processo de formação de Regional no Espírito Santo, Norte I (AM) e Rio de Janeiro. Sua missão é testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo a vida e participando da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural, junto com as pessoas em situação de exclusão social. (Cf. QUEM somos. **Cáritas brasileiras**. Disponível em: <<http://www.caritas.org.br/quemsomos.php?code=8>>. Acesso em: 03 jul. 2009).

⁴¹ Pe. ALMIR Neves de Medeiros Completa 15 anos de sacerdócio. **Jornal dos Municípios**, 31 out. 1971, n° 327 p. 1.

⁴² Comumente, a idéia que se tinha dos comunistas era deturpada e bastante superficial, caricata até: comunistas comiam criancinhas, estupravam as filhas, andavam nus pelas ruas e eram ateus.

Artigo recebido em: 14/01/2010

Aprovado para publicação em: 10/03/2010